

# Randon Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações financeiras  
de 31 de dezembro de  
2022 com Relatório do  
Auditor Independente

## Randon Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ 91.108.027/0001-58

NIRE 43205277921

### Relatório da Administração

Prezados,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Randon Consórcios foi fundada em 06 de agosto de 1987 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 1988. Prestadora de serviços financeiros, por meio da administração de consórcios, integra o braço de serviços das Empresas Randon, um dos maiores grupos privados do Brasil. Hoje, a empresa, que opera em seis segmentos de mercado, é uma das líderes de consórcios de pesados e está entre as maiores administradoras de consórcios de imóveis.

A empresa atua com a marca Racon nos segmentos de imóveis e veículos, a marca Yeah para o segmento de serviços e sob a marca de parceiros de negócios, situação na qual se enquadram o Consórcio Nacional Randon, de implementos rodoviários, o Consórcio Nacional John Deere, de máquinas e equipamentos agrícolas, o Consórcio Volare, de mini ônibus e o Consórcio Nacional DAF, de caminhões pesados. Por meio das franquias Racon e da rede de vendas dos parceiros fabricantes, a Randon Consórcios está presente em todo o território nacional, aliando a economia, o planejamento e as demais vantagens do consórcio à aquisição de bens.

Para a Randon Consórcios, o ano de 2022 chegou com a expectativa de crescimento, visto os bons números atingidos em 2021.

Dados como o aumento da taxa Selic que tornou o produto consórcio mais atrativo ao mercado, somado a mais um ano de expectativa de safra recorde e a normalização do cenário pandêmico no país, deixou o consumidor mais confiante para novas aquisições. Neste contexto, a Randon Consórcios seguiu empenhada em manter a sua trajetória com foco na manutenção dos seus resultados sustentáveis e o cuidado com as pessoas.

A taxa de administração agregada acumulada refere-se ao valor a receber futuro, a título de taxa de administração das cotas ativas na data-base. Em 2022 a Administradora teve um incremento em relação ao comparativo com o exercício de 2021, conforme demonstrado abaixo:

Em milhares de reais

	2022	2021
	Exercício	Exercício
Taxa agregada acumulada	1.269.327	959.557

A Randon Consórcios, em 31 de dezembro de 2022, detinha uma carteira de cotas ativas composta de 81.731 cotas, distribuídas em 147 grupos ativos, com incremento de 11% sobre total de cotas ativas em 31 de dezembro de 2021.

Em relação as cotas vendidas tivemos um aumento de 33% comparado com o exercício de 2021.

(Valores nominais)

	2022 Exercício	2021 Exercício
Quantidade de cotas ativas	81.731	73.462
Quantidade de cotas vendidas	22.199	16.669

#### A Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Contrato Social da Administradora prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, a menos que de outra forma seja acordado pelas partes. O saldo remanescente será transferido para Reserva Geral de Lucro, podendo, a critério das sócias, ser distribuído como lucros adicionais ou capitalizado.

Em 2023 será realizado o pagamento dos dividendos referente ao exercício 2022 a ser aprovado em reunião de sócias.

#### Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas no exercício de 2022.

#### Principais Indicadores

Atendendo a regulamentação do Bacen através da Resolução BCB nº 120, Art. 2º, inciso V, a partir de 2022 a Empresa adotou prospectivamente o pronunciamento contábil CPC 47, alterando o reconhecimento da taxa de administração como receita por ocasião do efetivo recebimento das parcelas para o reconhecimento quando satisfeita a obrigação de desempenho de transferir aos clientes o serviço de administração dos grupos de consórcios.

Esta alteração da forma que reconhecemos nossa taxa de administração afetou a base comparativa para períodos anteriores.

- a) Receita Bruta – resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 236,3 milhões, 6% maior em relação ao mesmo período de 2021;
- b) Despesas Comissão – resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 53,5 milhões, 38% menor observando o exercício de 2021;
- c) EBITDA – resultado do exercício 2022 foi de R\$ 86,5 milhões, crescimento de 58% comparado com o exercício de 2021;
- d) Lucro Líquido – resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 59,1 milhões, 55% maior comparado com o mesmo período de 2021.

Estamos à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente.

Joarez José Piccinini  
Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti  
Diretor

# Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração consolidada dos recursos de consórcios	10
Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Quotistas da  
**Randon Administradora de Consórcios Ltda.**  
Caxias do Sul - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Randon Administradora de Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Randon Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – adoção de novas práticas contábeis**

Conforme mencionado na nota explicativa n. 3.3 tópicos “a” e “b”, a partir de 1º de janeiro de 2022, a Administradora adotou de forma prospectiva novas práticas contábeis de acordo com o estabelecido nas Resoluções BCB 120 e 156, de 27 de julho e 19 de outubro de 2021, respectivamente e na Instrução Normativa BCB 187 de 25 de novembro de 2021. As regras de transição das referidas Resoluções e Instrução normativa, respectivamente, requerem a adoção prospectiva, sendo assim, os saldos de períodos correspondentes não estão apresentados nas mesmas bases. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esse assunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de Março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.Ltda  
CRC-SP015199/F



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		95.762	101.249
Caixa e equivalentes de caixa	6	29	379
Instrumentos financeiros		67.463	42.483
Títulos e valores mobiliários	8	67.463	42.483
Outros créditos		8.254	58.239
Rendas a receber	3.3.b	793	312
Recursos pendentes de recebimento	9	-	56.459
Outros créditos diversos	11	7.461	1.468
Outros valores e bens		20.016	148
Despesas antecipadas	3.3.b	20.016	148
<b>Não circulante</b>		110.482	45.298
<b>Realizável a longo prazo</b>		100.286	36.047
Ativos fiscais diferidos	22.b	9.205	16.226
Outros ativos		91.081	19.671
Pagamentos a ressarcir	12	18.570	16.645
Despesas antecipadas	3.3.b	68.596	-
Outros créditos diversos	11	3.915	3.026
Outros valores e bens		-	150
Outros valores e bens		-	150
<b>Permanente</b>		10.196	9.251
Investimentos		14	11
Imobilizado de uso	13	3.974	3.716
Depreciação acumulada	13	(1.801)	(1.399)
Intangível	13	15.292	12.440
Amortização acumulada	13	(7.283)	(5.517)
<b>Total do ativo</b>		<b>206.244</b>	<b>146.547</b>

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>		<b>83.618</b>	<b>112.080</b>
Outras obrigações		83.618	112.080
Fornecedores		1.864	2.649
Salários e encargos		4.317	3.406
Dividendos a pagar		14.780	-
Participação dos empregados e administradores		6.411	5.029
Obrigações fiscais e previdenciárias		5.534	4.583
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	9	-	56.459
Recursos não procurados	10	-	16.241
Passivo de contratos com clientes	14 e 3.3.b	23.400	-
Outras obrigações diversas	14	27.312	23.713
<b>Não circulante</b>		<b>45.889</b>	<b>936</b>
Provisões para riscos trabalhistas	15	745	194
Participação dos empregados e administradores		526	742
Recursos não procurados	10	2.732	-
Passivo de contratos com clientes	14 e 3.3.b	41.886	-
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>76.737</b>	<b>33.531</b>
Capital social	16	30.000	30.000
Reserva de lucros		46.369	3.151
Ajustes de avaliação patrimonial		368	380
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>206.244</b>	<b>146.547</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado  
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de  
 dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Receitas da intermediação financeira		3.724	5.345	2.461
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.724	5.345	2.461
Outras receitas/despesas operacionais		52.746	84.249	55.022
Receitas de prestação de serviços	17	101.650	236.277	223.724
Despesas de pessoal	19	(11.627)	(22.421)	(22.019)
Outras despesas administrativas	18	(27.652)	(109.449)	(130.542)
Despesas tributárias		(11.447)	(26.858)	(25.592)
Outras receitas operacionais	20	5.226	12.341	12.616
Outras despesas operacionais	20	(3.404)	(5.641)	(3.165)
Resultado operacional		56.470	89.594	57.483
Resultado antes dos tributos		56.470	89.594	57.483
Tributos sobre o lucro	22.a	(19.029)	(30.476)	(19.363)
Imposto de renda corrente		(9.038)	(17.129)	(15.497)
Contribuição social corrente		(3.400)	(6.320)	(5.742)
Impostos diferidos		(6.591)	(7.027)	1.876
Lucro líquido do semestre/exercícios		37.441	59.118	38.120
Quantidade de quotas do capital (em milhares)	16	30.000	30.000	30.000
Lucro líquido por quota R\$		1,248	1,971	1,271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes  
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de  
 dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Lucro líquido no semestre/exercícios	37.441	59.118	38.120
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para resultado			
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	18	18	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Randonprev	(6)	(6)	(2)
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	12	12	3
<b>Total do resultado abrangente do semestre/exercícios</b>	<b>37.453</b>	<b>59.130</b>	<b>38.123</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto  
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do semestre/exercício		37.441	59.118	38.120
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>				
Depreciação e amortização	13 e 18	1.159	2.168	1.056
Provisão (reversão) para pagamento de comissões	14	6.591	6.221	(5.573)
Provisão (reversão) para pagamento de incentivo de vendas	14	1.408	3.773	(776)
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	15 e 20	235	551	(81)
Provisão (reversão) para perda com empréstimos a grupos encerrados	11 e 20	164	(1.215)	(406)
Provisão de participação nos resultados	18	2.772	5.518	4.086
Outras provisões (reversões) operacionais		634	(304)	3.157
Custo dos ativos baixados	13	-	-	20
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	22.a	19.029	30.476	19.363
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>69.433</b>	<b>106.306</b>	<b>58.966</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Títulos e valores mobiliários		(27.264)	(24.980)	25.002
Outros créditos		(8.441)	48.383	(10)
Outros valores e bens		(88.330)	(88.314)	28
Outros passivos		66.491	(13.679)	11.343
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.162)	(23.832)	(20.756)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(2.273)</b>	<b>3.884</b>	<b>74.573</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos:</b>				
Variação em investimentos		(1)	(4)	-
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	13	(1.537)	(3.110)	(4.949)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.538)</b>	<b>(3.114)</b>	<b>(4.949)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:</b>				
Pagamento de dividendos	16	-	(1.120)	(69.919)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>-</b>	<b>(1.120)</b>	<b>(69.919)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.811)</b>	<b>(350)</b>	<b>(295)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	6	3.840	379	674
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	6	29	29	379
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.811)</b>	<b>(350)</b>	<b>(295)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de  
 dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	28.366	377	-	58.743
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	3	-	3
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.120	38.120
Destinação do lucro:					
Distribuição de dividendos	-	(26.335)	-	(37.000)	(63.335)
Reserva de lucros	-	1.120	-	(1.120)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	3.151	380	-	33.531
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(12)	-	(12)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	59.118	59.118
Destinação do lucro:					
Distribuição de dividendos	-	(1.120)	-	(14.780)	(15.900)
Reserva de lucros	-	44.338	-	(44.338)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.000	46.369	368	-	76.737
Saldos em 30 de junho de 2022	30.000	2.031	380	21.677	54.088
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(12)	-	(12)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	37.441	37.441
Destinação do lucro:					
Distribuição de dividendos	-	-	-	(14.780)	(14.780)
Reserva de lucros	-	44.338	-	(44.338)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.000	46.369	368	-	76.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada dos recursos de consórcios em  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente a caixa		2.422.066	1.937.521
Aplicações financeiras	7	1.373	2.483
		812.343	656.506
<b>Outros créditos</b>			
Bens retomados ou devolvidos		1.608.350	1.278.532
Direitos junto a consorciados contemplados		7.375	8.059
Cheques e outros valores a receber		1.600.906	1.270.473
		69	-
<b>Compensação</b>			
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		20.128.920	14.860.113
Contribuições devidas ao grupo		114.199	90.509
Valor dos bens ou serviços a contemplar		10.176.313	7.528.458
		9.838.408	7.241.146
<b>Total do ativo e compensação</b>		<b>22.550.986</b>	<b>16.797.634</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Outras obrigações		2.422.067	1.937.521
Obrigações com consorciados		2.422.067	1.937.521
Valores a repassar		1.350.723	1.058.873
Obrigações por contemplações a entregar		13.863	10.062
Obrigações com a administradora		703.459	605.515
Recursos a devolver a consorciados		-	1.591
Recursos dos grupos		232.536	167.691
		121.486	93.789
<b>Compensação</b>			
Recursos mensais a receber de consorciados		20.128.919	14.860.113
Obrigações do grupo por contribuições		114.199	90.509
Bens ou serviços a contemplar		10.176.312	7.528.458
		9.838.408	7.241.146
<b>Total do passivo e compensação</b>		<b>22.550.986</b>	<b>16.797.634</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos  
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de  
 dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Disponibilidades no início do semestre/exercício		761.959	658.990	461.049
Depósitos bancários		537	2.483	251
Cheques e outros valores a receber		364	-	-
Aplicações financeiras do grupo		90.275	51.000	45.353
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		670.783	605.507	415.445
<b>(+) Recursos coletados</b>		<b>1.202.154</b>	<b>2.210.009</b>	<b>1.651.386</b>
Contribuições para aquisição de bens		977.018	1.804.526	1.390.764
Taxa de administração		159.881	291.428	218.634
Contribuições ao fundo de reserva		10.325	19.222	15.891
Rendimentos de aplicações financeiras		40.070	68.736	3.103
Multas e juros moratórios		1.763	3.570	2.789
Prêmios de seguros		1.867	3.610	3.689
Custas judiciais		56	94	95
Reembolso de despesas de registro		526	1.003	470
Outros		10.648	17.820	15.951
<b>(-) Recursos utilizados</b>		<b>(1.150.328)</b>	<b>(2.055.214)</b>	<b>(1.453.447)</b>
Aquisição de bens		(938.827)	(1.675.364)	(1.173.653)
Taxa de administração		(161.722)	(294.578)	(219.565)
Multas e juros moratórios		(875)	(1.780)	(1.391)
Prêmios de seguros		(1.860)	(3.620)	(3.711)
Custas judiciais		(191)	(359)	(211)
Devolução a consorciados desligados		(20.039)	(33.925)	(28.013)
Reembolso de despesas de registro		(526)	(1.003)	(470)
Outros		(26.288)	(44.585)	(26.433)
Disponibilidades no final do semestre/exercício		813.785	813.785	658.990
Depósitos bancários		1.373	1.373	2.483
Cheques e outros valores a receber		69	69	-
Aplicações financeiras do grupo	7	109.111	109.111	51.000
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	7	703.232	703.232	605.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), sediada em Avenida Rubem Bento Alves, nº 1469, Bairro Interlagos em Caxias do Sul – RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. A Administradora é controlada diretamente pela Randon S.A Implementos e indiretamente pela Dramd Participações e Administração Ltda.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 28 de fevereiro de 2023.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### 3.1 Administradora

#### a) Apuração do resultado

Atendendo a regulamentação do BACEN na Resolução nº 120, a Administradora adotou prospectivamente o pronunciamento técnico CPC47 – Receita de contratos com clientes, onde a taxa de administração dos consorciados contemplados passou a ser reconhecida pela competência mensal, isto é, reconhecida quando satisfaz a obrigação de desempenho, sendo as antecipações registradas na rubrica Passivo de Contrato com Clientes, sendo transferida para o resultado ao longo do tempo conforme a obrigação e desempenho é realizada.

De acordo com pronunciamento técnico CPC47, o reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar este valor quando devido. Desta forma a Administradora manteve o reconhecimento da taxa de administração dos consorciados não contemplados conforme o recebimento dos pagamentos.

Ainda no âmbito do pronunciamento técnico CPC47, a administradora deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção dos contratos com clientes, custos estes que não teriam incorrido se o contrato não tivesse sido obtido. Desta forma, com a adoção do CPC47 a Administradora passou a registrar os custos incrementais, que são basicamente as comissões sobre as vendas de consórcios e custos com promoção e vendas, na rubrica Despesas antecipadas, sendo amortizado ao resultado na proporção da realização da obrigação e desempenho do contrato.

A Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, revogou dispositivos da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil que dispõe sobre o reconhecimento da receita. Adicionalmente, através da Instrução Normativa BCB, nº 187, de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598 de 27 de novembro de 1995, que tratava o reconhecimento das despesas com comissões.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência mensal.

#### b) Apresentação do balanço patrimonial

A segregação em circulante e não circulante no Balanço Patrimonial obedece aos requisitos expostos no art. 20 e 21 da Resolução BCB 2 de 02 de agosto de 2020.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva contratação seja igual ou superior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias:

- Títulos para negociação – que não se enquadrem como para negociação. São avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício;
- Títulos disponíveis para a venda - que não se enquadrem como para negociação. São avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

#### e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se as comissões pagas ou devidas com antecedência que atendem aos critérios de custos incrementais previstos no CPC 47, sendo amortizados ao resultado conforme o cumprimento da obrigação de desempenho da prestação de serviços.

#### f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

#### g) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

#### h) Imobilizado de uso e intangível

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 13 e leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Vida útil média	% ano
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos	10
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e periféricos	5 anos	20
Veículos	5 anos	20
Sistemas de processamento de dados	4 anos	25
Software em desenvolvimento	4 anos	25

i) Redução ao valor recuperável

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados líquidos no ativo não circulante na rubrica de "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do semestre/exercício. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

k) Passivo de contratos com clientes

Passivo de contrato com clientes referem-se a taxa de administração recebida de forma antecipada ao regime de competência, dos consorciados contemplados, sendo realizada conforme o cumprimento da obrigação de desempenho da prestação de serviços.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

#### n) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Administradora é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Administradora reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, liquidados dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que teve início em junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Administradora, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

#### o) Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Administradora incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota Explicativa nº 24). Esses benefícios são registrados no resultado do semestre/exercício quando a Administradora tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

p) Lucro por quota

É obtido através da divisão do lucro líquido do semestre/exercício pelo número de quotas na data base das demonstrações financeiras.

q) Resultado não recorrente

São resultados de eventos não usuais e não relacionados com a atividade da Empresa ou, ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados resultados não recorrentes.

### 3.2 Dos grupos de consórcio

a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos e títulos públicos pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço, e custo de aquisição acrescido da receita auferida até a data do balanço, que não difere do valor de mercado.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

Representam as contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva de consorciados contemplados, atualizados com base no valor do bem vigente.

c) Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada, atualizados com base no valor do bem vigente.

d) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

e) Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, devidamente atualizados.

f) Recursos dos grupos

Representam os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formado pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas à contemplação, multa, juros e outros valores retidos.

g) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimento de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzida da taxa de administração e dos prêmios de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

h) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos calculados com base no valor do bem vigente em 31 de dezembro de 2022.

i) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

j) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

(a) Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

(b) Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

### 3.3 Novas normas e resoluções vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022

a) Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021

A Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021, dispõe sobre os critérios e procedimentos contábeis a serem observados, pelas Administradoras de Consórcios, na escrituração dos grupos de consórcios.

A norma entrou em vigor em janeiro de 2022, com isso os valores relativos a recursos não procurados, bem como aqueles correspondentes à aplicação destes recursos e os valores pendentes de recebimento de consorciados inadimplentes, que estavam registrados no ativo e passivo da Administradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram transferidos para as adequadas contas de compensação para o período de 31 de dezembro de 2022.

Os recursos dos grupos encerrados, registrados na compensação da Administradora em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição e saldo:

	31/12/2022	31/12/2021*
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial	36.713	37.234
Recursos não procurados	(28.194)	(16.241)
Recursos recebidos	(7.273)	(6.660)
Bens retomados	18.377	19.225
Valores aplicados pela Administradora – recursos de grupos encerrados	35.467	22.633
<b>Total</b>	<b>55.090</b>	<b>56.191</b>

\* Valores apresentados para fins de comparação, em 2021 estavam registrados no ativo e passivo da Administradora.

b) Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021 e Instrução Normativa BCB 187 de 25 de novembro de 2021

A Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcios. Esta resolução orienta para que as Administradoras de Consórcios observem, de forma prospectiva, o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Os impactos avaliados para 31 de dezembro de 2022 então apresentados no quadro abaixo:

Ativo	31/12/2022
Rendas a receber	2.551
Provisão para devedores duvidosos	(1.789)
Impostos a recuperar curto prazo	4.712
Impostos a recuperar longo prazo	2.632
Despesas antecipadas (Comissões e Incentivo de vendas) curto prazo	19.925
Despesas antecipadas (Comissões e Incentivo de vendas) longo prazo	68.596
<b>Total</b>	<b>96.627</b>

  

Passivo	31/12/2022
Passivo de contratos com clientes curto prazo	(23.400)
Passivo de contratos com clientes curto longo prazo	(41.886)
<b>Total</b>	<b>(65.286)</b>

  

Resultado	31/12/2022
Receitas de prestação de serviços	62.735
Dedução de impostos sobre receita	(7.344)
Comissão de vendas	(76.562)
Despesa com incentivo de vendas	(11.959)
Provisão para devedores duvidosos	1.789
<b>Total</b>	<b>(31.341)</b>

c) Resolução BCB nº 219 de 30 de março de 2022

A Resolução BCB 219/22 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcios.

Em atendimento ao artigo nº 67 da Resolução BCB nº 219/22, a Administradora preparou um plano de implementação à resolução e abaixo incluímos o resumo do plano de implementação, preparado e aprovado pela diretoria da Administradora, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024, de forma a estarmos aptos a adotá-la em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

Entendemos que a adoção da Resolução BCB nº 219/22 é um processo que abrange diversas áreas e estruturas da Administradora e que traz diferentes desafios tais como definições conceituais, operacionais, técnicas, de tecnologia, entre outras, dessa forma o plano de adequação elaborado pela Administradora foi estruturado buscando englobar todos os macro conceitos definidos pela resolução, quais ações serão necessárias para a adequação, bem como definindo as áreas responsáveis e interdependentes entre si, além de identificar os sistemas e estruturas de tecnologia envolvidos em cada uma das ações e estabelecendo os prazos de implementação de cada ação. Importante ressaltar que até 31/12/2022 ainda existem definições a serem emitidas pelo Banco Central e que podem gerar a necessidade de alteração/complementação do plano por hora aprovado.

A Administradora espera concluir até dezembro de 2023 as análises e documentar os itens de: Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros, Definição de Modelos de Negócios, elaborar a classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros e elaboração de metodologia/modelo de tratamento de risco de crédito considerando os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 219/22.

No âmbito de sistemas e tecnologia a Administradora espera também concluir até Dezembro de 2023 a avaliação de impactos sistêmicos relacionados a mensuração da Taxa de juros efetiva, seu respectivo critério de reconhecimento contábil, avaliar impactos sistêmicos relacionados a mudança no prazo de paralização de reconhecimento de receita de juros ("stop accrual"), avaliar os impactos tributários referente a dedutibilidade fiscal das perdas baixadas para prejuízo, considerando as alterações de tratamento contábil previstas pela Lei nº 14.467/22 bem como avaliar os impactos a serem gerados pelo novo plano de contas COSIF que está em discussão pelo BACEN junto ao mercado, discussão esta que já gerou itens iniciais conforme a Resolução BCB nº 255/22 e Instrução Normativa BCB nº 318/22.

Sobre os temas relacionados a capital regulatório e demais documentos regulatórios, a Administradora aguarda as definições normativas a serem divulgadas pelo BACEN para a correta avaliação dos temas e atualização do plano de implementação considerando as respectivas datas a serem atendidas sobre estes assuntos.

#### 4. Estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

##### a) Provisão para perdas de empréstimos

A Administradora utiliza critérios específicos de provisão para calcular a perda de empréstimos a grupos. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

**b) Provisão para promoção de vendas**

A Administradora realiza campanhas que tem como objetivo incentivar e alavancar vendas. Dependendo das mudanças nas circunstâncias econômicas esta despesa pode não se realizar conforme o previsto, ou seja, o resultado será proporcional ao atingimento das metas.

**c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A Administradora reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 5. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em:

	31/12/2022	31/12/2021
Grupos administrados	147	129
Consoiciados ativos	81.731	73.462
Consoiciados desistentes/excluídos no exercício	5.656	4.516
Consoiciados desistentes/excluídos total	36.830	36.047
Bens pendentes de entrega	8.540	6.286
Bens entregues no exercício	5.565	6.610
Bens entregues total	28.329	30.559
Taxa de inadimplência	3,51%	4,16%

## 6. Caixa e equivalentes de caixa - Administradora

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	29	379
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>379</b>

## 7. Aplicações financeiras – Grupos de consórcios

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021 os grupos de consórcios possuem aplicações interfinanceiras de liquidez, podendo ser resgatados em qualquer tempo, e estando registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, apresentados como segue:

				31/12/2022		31/12/2021	
	Sem vencimento até 3 meses	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer entre 3 e 12 meses	Valores de mercado/ contábil	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil	Marcação a mercado
Grupos de consórcios							
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	44.263	54.898	99.161	99.161	274.704	274.704
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	266.578	-	266.578	266.578	-	-
Fundos de investimento	446.604	-	-	446.604	446.604	381.802	381.802
<b>Total</b>	<b>446.604</b>	<b>310.841</b>	<b>54.898</b>	<b>812.343</b>	<b>812.343</b>	<b>656.506</b>	<b>656.506</b>

## 8. Títulos e valores mobiliários - Administradora

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administradora possui somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

	31/12/2022				31/12/2021	
	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado
Títulos para negociação						
Fundos de investimento (ii)	-	-	-	-	6.195	6.195
Certificado de depósito bancário (CDB Pós-fixado)	38.982	25.754	64.735	64.735	19.849	19.849
Letra Financeira do Tesouro (LFT) (ii)	2.728	-	2.728	2.728	16.439	16.439
<b>Total</b>	<b>41.710</b>	<b>25.754</b>	<b>67.463</b>	<b>67.463</b>	<b>42.483</b>	<b>42.483</b>

(i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. O valor de mercado dos títulos públicos federais foram obtidos através de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

(ii) Variação em decorrência da reclassificação conforme Resolução BCB 156, detalhado na Nota Explicativa nº 3.3.

## 9. Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

Conforme orienta a Resolução BCB 156, estes recursos foram transferidos para as respectivas contas de compensação detalhado na Nota Explicativa nº 3.3.

O valor de recursos pendentes de recebimento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 55.089 em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 56.459.

## 10. Recursos não procurados - Administradora

Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI. O valor de recursos não procurados em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.732 (R\$ 16.241 em 31 de dezembro de 2021), variação do saldo em função da transferência dos recursos dos grupos encerrados conforme Nota Explicativa 3.3, que em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 28.194.

As comunicações aos consorciados são realizadas conforme estabelecido na Lei nº 11.795/088 e na Circular nº 3.432/09. Também em consonância com a Circular nº 3.432/09, os recursos não procurados são divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet, com acesso pela sua página inicial e com orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados para que o beneficiário possa recebê-los.

## 11. Outros créditos diversos e provisão com outros créditos - Administradora

A conta outros créditos - diversos possui a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos a grupos encerrados	25.750	28.384
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (*)	(24.526)	(25.741)
Devedores diversos	1.135	554
Adiantamento e antecipações salariais	205	272
Impostos a compensar	8.753	642
Depósitos judiciais (Nota 15)	59	383
<b>Total</b>	<b>11.376</b>	<b>4.494</b>
Circulante	7.461	1.468
Não circulante	3.915	3.026

(\*) Referem-se a perda com empréstimos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.a, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base uma política, onde, ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo.

Movimentação da provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(25.741)	(26.147)
Constituição de provisão	(1.865)	(2.319)
Reversão de provisão	3.080	2.725
<b>Saldo final</b>	<b>(24.526)</b>	<b>(25.741)</b>

## 12. Pagamentos a ressarcir - Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	31/12/2022	31/12/2021
Bens imóveis	13.392	12.103
Bens móveis	5.178	4.542
<b>Total</b>	<b>18.570</b>	<b>16.645</b>

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

### 13. Imobilizado de uso e intangível - Administradora

O imobilizado de uso da Administradora possuem a seguinte composição:

Imobilizado	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<b>Custo Imobilizado</b>					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	546	1.849	1.488	52	3.935
Aquisições	-	12	241	-	253
Baixas	-	(183)	(289)	-	(472)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	546	1.678	1.440	52	3.716
Aquisições	-	4	254	-	258
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	546	1.682	1.694	52	3.974
<b>Depreciação</b>					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(32)	(387)	(985)	(52)	(1.456)
Depreciação	(55)	(160)	(180)	-	(395)
Baixas	-	168	284	-	452
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(87)	(379)	(881)	(52)	(1.399)
Depreciação	(55)	(151)	(196)	-	(402)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(142)	(530)	(1.077)	(52)	(1.801)
Valor residual em dezembro de 2021	459	1.299	559	-	2.317
Valor residual em dezembro de 2022	404	1.152	617	-	2.173

Abaixo estão apresentadas as movimentações dos intangíveis:

Intangível	Intangível em andamento	Software e licenças	Total
<b>Custo Intangível</b>			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.782	4.962	7.744
Aquisições	456	4.240	4.696
Baixas	-	-	-
Transferências	(2.782)	2.782	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	456	11.984	12.440
Aquisições	167	2.685	2.852
Baixas	-	-	-
Transferências	(456)	456	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	167	15.125	15.292
<b>Amortização</b>			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(4.856)	(4.856)
Amortização	-	(661)	(661)
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(5.517)	(5.517)
Amortização	-	(1.766)	(1.766)
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(7.283)	(7.283)
Valor residual em dezembro de 2021	456	6.467	6.923
Valor residual em dezembro de 2022	167	7.842	8.009

## 14. Outras obrigações diversas - Administradora

A conta outras obrigações diversas possui a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo remanescente de grupos a pagar (a)	-	6.660
Provisões para pagamento de comissões	17.654	11.433
Provisão programa de incentivo de vendas	8.237	4.464
Passivo de contratos com clientes (b)	65.286	-
Outros débitos	1.421	1.156
<b>Total</b>	<b>92.598</b>	<b>23.713</b>
Circulante	50.712	23.713
Não circulante	41.886	-

(a) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para respectivas contas de compensação conforme detalhado na Nota Explicativa 3.3.

(b) Passivo de contratos com clientes referem-se receita de taxa de administração recebida dos participantes dos grupos e consórcios de forma antecipada, que será realizada quando satisfeita a obrigação de desempenho.

## Movimentação da provisão para pagamento de comissões

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	11.433	5.860
Constituição de provisão	97.256	61.059
Reversão de provisão	(91.035)	(55.486)
<b>Saldo final</b>	<b>17.654</b>	<b>11.433</b>

## Movimentação da provisão programa de incentivo de vendas:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	4.464	5.240
Constituição de provisão	11.853	5.348
Reversão de provisão	(8.080)	(6.124)
<b>Saldo final</b>	<b>8.237</b>	<b>4.464</b>

## 15. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

### a) Administradora

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para riscos cíveis e trabalhistas para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais classificadas como de perda provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Natureza	Provável		Possível		Depósito Judicial (Nota 11)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	745	194	4.397	-	59	383
Tributário	-	-	235	226	-	-
<b>Total</b>	<b>745</b>	<b>194</b>	<b>4.632</b>	<b>226</b>	<b>59</b>	<b>383</b>

## Movimentação da provisão para riscos trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	194	275
Adições	674	-
Baixa/reversão	(123)	(81)
<b>Saldo final</b>	<b>745</b>	<b>194</b>

### b) Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados referente a processos de polo passivo, referente a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes destes processos são cobertos pelos recursos destes grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável envolvendo cotistas dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 173 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2021), e com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 22.547 (R\$ 19.951 em 31 de dezembro de 2021).

## 16. Patrimônio líquido - Administradora

### Capital social

O capital social é de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

### Destinação do lucro

Ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

No dia 12 de abril de 2022, em reunião de quotistas, foi aprovada a distribuição de dividendos do valor de R\$ 1.120 referente ao exercício de 2021, pagos no dia 20 de maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a Administradora registrou dividendos mínimos a pagar no montante de R\$ 14.780 relativos aos lucros do exercício, conforme determinado no contrato social.

## 17. Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,58% (14,67% em dezembro de 2021) sobre o valor da referida contribuição. O valor das receitas de prestação de serviços no exercício de 2022 totalizou R\$ 236.277 (R\$ 223.724 no exercício de 2021).

A Administradora adotou prospectivamente o pronunciamento técnico CPC47, atendendo a regulamentação do BACEN na Resolução BCB nº 120 descrito na NE 3.1.

## 18. Outras despesas administrativas - Administradora

	2022		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Comissões sobre vendas	837	53.519	86.973
Serviços de terceiros	9.757	16.997	13.243
Promoções de vendas	589	9.165	9.299
Manutenção e conservação de bens	3.749	6.504	3.447
Propaganda e publicidade	3.672	5.928	7.083
Participação nos resultados	2.772	5.518	4.086
Perdas com empréstimos a grupos	354	2.721	2.197
Depreciação e amortização	1.159	2.168	1.056
Viagens	1.269	1.581	378
Custos bancários	746	1.425	642
Despesas de aluguéis	321	625	551
Despesas com comunicação	182	375	481
Outras	2.245	2.923	1.107
<b>Total</b>	<b>27.652</b>	<b>109.449</b>	<b>130.542</b>

## 19. Despesas com pessoal - Administradora

A conta despesa com pessoal possui a seguinte composição:

	2022		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Custo com pessoal e honorários	8.292	16.064	15.952
Custos de encargos sociais e proventos	2.084	4.853	5.379
Custos relacionados a aposentadoria	155	295	244
Benefícios concedidos	1.096	1.209	444
<b>Total</b>	<b>11.627</b>	<b>22.421</b>	<b>22.019</b>

## 20. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2022		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Reversão provisão perda empréstimos a grupos	686	3.080	2.725
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	2.382	4.686	2.678
Multas e juros recebidos	985	1.976	1.567
Variações monetárias	697	1.458	1.717
Reversão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-	123	81
Reversão Provisão de desvinculo	312	459	119
Outras receitas operacionais	164	557	573
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>5.226</b>	<b>12.341</b>	<b>12.616</b>
Provisão para perdas com empréstimos a grupos	(850)	(1.865)	(2.319)
Provisão para perda de devedores duvidosos	(1.789)	(1.789)	-
Despesa com processos judiciais	-	(395)	(312)
Provisão de desvinculo	(356)	(584)	(222)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(235)	(674)	-
Outras provisões operacionais	(65)	(65)	(263)
Outras despesas eventuais	(109)	(269)	(49)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(3.404)</b>	<b>(5.641)</b>	<b>(3.165)</b>

## 21. Transações com partes relacionadas - Administradora

As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, contratos de mútuo, valor de conta aplicação todos devidamente suportados contratos entre as partes.

	Ativo		Passivo		2022	Resultado	
	Aplicações e Outros créditos		Contas a pagar			(Receitas) Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2ºSemestre	31/12/2022	31/12/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	487	4	-	-	4.216	6.965	4.922
Conexo Serviços Digitais Ltda.	-	-	-	-	65	95	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	7	13	11
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	4	9	8
Venice Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	-	-	278	278	-
Banco Randon S.A.	26.181	14.052	-	12	3.056	1.870	(2.906)
	<b>26.668</b>	<b>14.056</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>7.626</b>	<b>9.231</b>	<b>2.035</b>

A Randon S.A Implementos e Participações (controladora) não possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.415 (R\$ 942 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e referente a benefícios de curto prazo (remuneração) e de R\$ 59 (R\$ 55 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) referente a benefícios de longo prazo (plano de previdência).

No semestre/exercício corrente a Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho e não possui programa de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## 22. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre

	2022		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	56.470	89.594	57.483
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(19.200)	(30.462)	(19.544)
Adições permanentes	(257)	(711)	(498)
Exclusões permanentes	406	659	574
Outros ajustes	22	38	105
<b>Total</b>	<b>(19.029)</b>	<b>(30.476)</b>	<b>(19.363)</b>
IRPJ e CSLL correntes	(12.438)	(23.449)	(21.239)
IRPJ e CSLL diferidos	(6.591)	(7.027)	1.876
<b>IRPJ e CSLL registrados no resultado</b>	<b>(19.029)</b>	<b>(30.476)</b>	<b>19.363</b>
<b>Alíquota efetiva ajustada %</b>	<b>33,70%</b>	<b>34,02%</b>	<b>33,68%</b>

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e previsão de realização dos créditos tributários

c)

	31/12/2021	Constituições	Reversões	31/12/2022
Provisão para perdas de empréstimos a grupos	8.752	695	(1.109)	8.338
Provisão para comissões	3.887	39.501	(37.385)	6.003
Provisão para riscos trabalhistas	66	187	-	253
Provisão para participação nos resultados	1.963	2.879	(2.483)	2.359
Impactos Adoção CPC47 - Resolução BCB 120	-	(10.656)	-	(10.656)
Outros	1.558	5.355	(4.006)	2.908
	<b>16.226</b>	<b>37.961</b>	<b>(44.983)</b>	<b>9.205</b>

	31/12/2020	Constituições	Reversões	31/12/2021
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.890	849	(987)	8.752
Provisão para comissões	1.992	24.079	(22.184)	3.887
Provisão para riscos trabalhistas	94	12	(40)	66
Provisão para participação nos resultados	1.688	2.027	(1.752)	1.963
Outros	1.687	2.233	(2.362)	1.558
	<b>14.351</b>	<b>29.200</b>	<b>(27.325)</b>	<b>16.226</b>

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Resolução BCB nº 15 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de realização	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	8.616
2023	11.484	1.288
2024	386	1.408
2025	429	1.365
2026	645	3.549
2027	(3.739)	-
<b>Créditos tributários líquidos</b>	<b>9.205</b>	<b>16.226</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando o custo de capital Administradora, é de R\$ 9.148 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 13.048 em 31 de dezembro de 2021), com uma taxa média de 12,28% a.a. (10,17% em 31 de dezembro de 2021) com base nas projeções definidas pela Administração.

### 23. Limite de alavancagem - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o limite de alavancagem das administradoras de consórcios é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 31 de dezembro de 2022 a Administradora apresenta um limite de alavancagem de 3,25 (3,28 em 31 de dezembro de 2021).

### 24. Limite de imobilização - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 31 de dezembro de 2022 a Administradora apresenta um grau de imobilização de 13,29% (27,59 % em 31 de dezembro de 2021).

### 25. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários - Administradora

A Administradora é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

Não houve mudanças significativas no plano, no número de participantes, na taxa de juros e nas premissas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2021.

As tabelas, a seguir, apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial da controlada e consolidado:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)		
Custo do serviço corrente	(10)	(10)
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	(17)	(13)
Receita de juros sobre ativos do plano	24	15
Juros sobre o superávit irrecuperável	2	-
Custo de benefício definido no resultado	(1)	(8)
Rendimento real dos ativos do plano	61	8

Ativo de benefícios

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigação com benefícios definidos	(206)	(198)
Valor justo dos ativos do plano	269	265
Superávit irrecuperável (efeito do limite de ativo)	(28)	(26)
Ativo de benefícios	35	41

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2020	(200)
Custo de juros	(13)
Custo do serviço corrente	(10)
Benefícios pagos	-
Ganhos/perdas atuariais sobre obrigações	25
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2021	(198)
Custo de juros	(17)
Custo do serviço corrente	(10)
Benefícios pagos	-
Ganhos/perdas atuariais sobre obrigações	19
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2022	(206)

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	228
Retorno sobre o investimento	21
Contribuição do empregador	16
Benefícios pagos	-
Ganhos/perdas atuariais sobre obrigações	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	265
Retorno sobre o investimento	(13)
Contribuição do empregador	17
Benefícios pagos	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	269

A Empresa espera contribuir com R\$ 460 aos seus planos de previdência com benefício definido em 2023. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Ações	61	62
Títulos	208	203
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>265</b>

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	9,67%	8,91%
Taxa de crescimento salarial	6,61%	5,52%
Taxa de crescimento de benefícios	3,50%	3,25%
Expectativa de vida de participantes recebendo renda vitalícia	26	26

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício é a seguinte:

#### Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024	17
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2031	211
	<b>228</b>

#### Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante

Participantes ativos	206
	<b>206</b>

#### Informações patrimoniais

Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2021	
Renda variável	23%
Renda fixa	44%
Imóveis	1%
Outros	32%
	<b>100%</b>

#### Resultado do exercício

Custo de serviço corrente	58
Juros líquidos sobre passivo (ativo) líquido	(16)
	<b>42</b>

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Patrocinadora	Valor presente da Obrigação (VPO)	1% Aumento Efeito VPO	1% redução Efeito VPO
Randon Administradora de Consórcios Ltda	206	10	11
<b>Total</b>	<b>206</b>	<b>10</b>	<b>11</b>

Patrocinadora	Valor presente da Obrigação (VPO)	1% Aumento Efeito VPO	1 % redução Efeito VPO
Randon Administradora de Consórcios Ltda	198	12	15
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>12</b>	<b>15</b>

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. A combinação da taxa real de desconto com a taxa de inflação, resulta na taxa nominal de desconto igual a 9,67% a.a.. Considerando o aumento de 1% na taxa de desconto, esta sensibilidade representará um acréscimo de R\$

10 no valor do VPO, e, com a redução de 1% nesta taxa, haverá a redução no VPO de R\$ 11. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

## 26. Gestão do capital

A área de riscos do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e social, ambiental e climático em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 4.557/17 e 4.945/2021. As tabelas do Relatório de Pilar 3 aplicáveis ao Conglomerado encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico [www.bancorandon.com.br](http://www.bancorandon.com.br).

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Conglomerado decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Conglomerado adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

### Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Conglomerado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio.

### Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Conglomerado mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira do Conglomerado honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Conglomerado, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

#### Risco Social, Ambiental e Climático

Entende-se por Risco Social, Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de tais riscos, conceituados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esses riscos, o Conglomerado criou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/21, e observa este conteúdo em suas atividades e em seus negócios.

#### Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Conglomerado, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

A estrutura e o gerenciamento do capital são realizados pela instituição líder do Conglomerado Prudencial Randon, considerando os dados financeiros consolidados e os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

## 27. Eventos subsequentes

Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária:

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo STF. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Administradora avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

### **Diretoria**

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor: Augusto Giongo Letti

Contadora  
Dionéia Canal  
CRC-RS 61.981/0-3